

---

# O ENTORNO ESTRATÉGICO INDIANO: UMA ANÁLISE DAS AMEAÇAS E DOS DILEMAS DE SEGURANÇA DO PAÍS<sup>1</sup>

## INDIA'S STRATEGIC ENVIRONMENT: AN ANALYSIS OF THE COUNTRY'S SECURITY THREATS AND DILEMMAS

---

DOI: 10.5380/cg.v%vi%i.84390

João Miguel Villas-Bôas Barcellos<sup>2</sup>

### Resumo

Considerando a realidade geopolítica indiana, profundamente marcada pelas instabilidades no relacionamento com países vizinhos - como Paquistão e China - além da histórica presença de grandes potências ocidentais no subcontinente asiático, Nova Déli vem orientando sua política externa e de segurança de modo a tornar o país uma potência autônoma capaz de repelir qualquer ameaça aos seus interesses vitais. O presente artigo tem como objetivo analisar o entorno estratégico indiano a partir das ameaças potenciais existentes, tendo como abordagem teórica o Realismo e será dividido em duas partes: "Geografia e pensamento estratégico indiano"; e "Entorno estratégico: ameaças, formação e perspectivas".

Palavras-Chave: Índia; Geopolítica; Pensamento Estratégico; Ameaças; Segurança Internacional.

### Abstract

Considering the Indian geopolitical reality, deeply marked by instabilities in the relationship with neighboring countries - such as Pakistan and China - besides the historical presence of great Western powers in the Asian subcontinent, New Delhi has been orienting its foreign and security policy in such a way as to turn the country into an autonomous power capable of repelling any threat to its vital interests. This paper aims to analyze India's strategic environment from the existing potential threats, taking Realism as its theoretical approach and will be divided into two parts: "Geography and Indian strategic thought"; and "Strategic environment: threats, formation and perspectives".

Keywords: India; Geopolitics; Strategic Thinking; Threats; International Security.

## 1. INTRODUÇÃO

O cenário geopolítico em que se insere a Índia estimulou o desenvolvimento de envergadura dissuasória robusta, como a criação de poder nuclear com fins militares e de um complexo industrial-militar (modesto, inicialmente). Por ser um Estado-civilização, a Índia buscou desde o princípio de sua independência uma política externa de não-alinhamento e autonomia. Essa postura, típica de

---

<sup>1</sup> Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), sendo permitido o compartilhamento com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

<sup>2</sup> Doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ). E-mail: [joao.barcellos@pepi.ie.ufrj.br](mailto:joao.barcellos@pepi.ie.ufrj.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5457-450X>.

uma potência mundial, buscou refletir o esforço interno de construção das bases econômicas, militares e estratégicas do projeto de poder do país.

Historicamente, as nações modernas enfrentaram grandes ameaças e dilemas de segurança (HERZ, 1950) para florescerem como potências. Não há país na história recente da humanidade que tenha conseguido se transformar em grande poder sem a capacidade de desenvolver e fabricar armamentos com potencial de desequilibrar ou equilibrar a balança de poder (WALTZ, 1979). Todavia, não se alcança o grau de sofisticação militar sem uma ampla transformação econômica e industrial. O caso indiano é emblemático, muito se avançou em matéria de evolução econômica e Ciência e Tecnologia (C&T), mas ainda não o suficiente para o país superar o alto grau de dependência de equipamentos de defesa importados. Não basta ter grande crescimento econômico se não houver mudança estrutural (SYRQUIN, 2007) e a Índia ainda tem consideráveis desafios à frente. Não obstante, o país vem se esforçando no desenvolvimento de um complexo industrial-militar de modo a atender às demandas de segurança nacional e responder às ameaças geopolíticas. Houve avanços significativos no setor de armamentos do país, como no naval (construção de fragatas, submarinos, contratorpedeiros e navios aeródromos), no aeronáutico (produção de caças de combate leve *Tejas*, o helicóptero de combate leve HAL-LCH e os mísseis *Prthvi* e *Agni* e o antissatélite), e no terrestre (produção do blindado *Arjun*), além da reconhecida capacidade no campo de satélites e Tecnologia da Informação (TI).

Como veremos, a Índia tem buscado responder às ameaças geopolíticas históricas e atuais de maneira clássica, qual seja, construindo capacidades de poder. O país se sente pressionado pelo Paquistão, China, terrorismo e mesmo instabilidades internas. Um país cuja civilização base tem mais de cinco mil anos de existência e oficialmente mais de vinte dialetos, além de ter sido palco de invasões múltiplas e ocupações imperiais variadas, mantém-se unido e com um propósito histórico: tornar-se uma grande potência respeitada e admirada pelo seu peso militar, econômico, mas igualmente cultural.

Neste trabalho, investigaremos o entorno estratégico indiano, ou seja, o peso da geografia tanto política quanto econômica na formação do pensamento estratégico e geopolítico do país. Nosso objetivo é investigar como a Índia construiu uma narrativa e um arcabouço teórico que lhe permite reconhecer e responder às ameaças nacionais.

## 2. GEOGRAFIA E PENSAMENTO ESTRATÉGICO INDIANO

Geografia e pensamento estratégico estão intimamente ligados. Um condiciona o outro de modo a motivar a criação de uma estratégia nacional, modernamente falando, ou uma estratégia vinculada à necessidade da acumulação de poder da unidade política vigente. O termo “estratégia” deve ser definido para melhor entendermos seu uso. Todavia, há uma série de definições e usos

distorcidos do termo. Para o nosso objetivo, a definição deve estar vinculada ao uso exclusivo do Estado, pois este é o ator por excelência do uso da violência para acumular, manter ou defender o poder. Desse modo,

A estratégia de um Estado pode, portanto, ser descrita como uma estrutura ou plano que busca alcançar determinados objetivos de longo prazo usando os recursos disponíveis em um ambiente em que outros Estados ou atores não estatais possam ter objetivos conflitantes (KAPUR; MUKHERJEE, 2018, p.01, *tradução nossa*).

Para Liddel Hart, estratégia seria “a arte de distribuir e aplicar meios militares para cumprir os fins da política” (HART, 1967, p. 321, *tradução nossa*). Ou ainda, “a guerra é a continuação da política por outros meios” (VON CLAUSEWITZ, 2017, p. 27). Estas passagens ilustram bem a relevância da estratégia para a construção de um poder nacional.

A Índia é um subcontinente com grande projeção no oceano Índico. A Oeste encontra-se o mar da Arábia, a Sudeste há o Golfo de Bengala, ao Norte o país se encontra com as cadeias montanhosas de Karakoram e Himalaia (KAPLAN, 2013). Em termos de fronteira política, o país da Ásia meridional tem uma extensa e tensa fronteira com a China ao Norte e Nordeste, com o Paquistão ao Noroeste, além de Nepal, Butão, Bangladesh e Mianmar.

As ocupações mais importantes do subcontinente indiano se iniciaram no século IV a.C. O primeiro grande império fundado na região Norte da Índia foi o “Mauria”, criado por Chandragupta Máuria, em 321 a.C. Após crises sucessivas crises do poder Mauria, no século I d.C surgiu o Império dos Kushana, que ocupava, além do Norte indiano, também regiões da Ásia Central. O sucessor deste foi o Império Gupta que durou até o século VI d.C quando a região foi invadida por povos muçulmanos que estabeleceram uma série de monarquias e pequenos reinos. “A rigor, o subcontinente indiano tornou-se um anexo do Grande Oriente Médio” (KAPLAN, 2013, p. 242). No século XVI, Zahir Ud-din Moh Mohammad Babur fundou o Império Mogol<sup>3</sup>. Este foi próspero até a penetração no subcontinente pela Companhia das Índias Orientais no século XVIII. Este processo de inserção britânico culminou na formação do *Raj* em 1858 (KAPLAN, 2013).

Uma característica comum a todos os impérios que dominaram a região até o século XVIII foi a impossibilidade de controlar todo o subcontinente. As áreas mais meridionais da Índia (a partir do planalto do Decão ou Tamil, ao extremo Sul) não experimentaram o poder dos impérios acima citados. Segundo Kaplan, uma das razões é a geografia dos grandes rios indianos que correm em sentido horizontal (de Oeste para Leste), dificultando a penetração no território. Ainda segundo Kaplan,

A grande região que hoje compreende o Norte da Índia, o Paquistão e grande parte do Afeganistão com frequência esteve sob um mesmo corpo político, enquanto a soberania sobre o Sul da Índia era questionada. Assim, para as elites indianas,

---

<sup>3</sup> “O termo ‘mogol’ refere-se à forma arábica e persa dos mongóis, sendo aplicado a todos os estrangeiros muçulmanos do Norte e Noroeste da Índia” (KAPLAN, 2013, pp. 242-243).

considerar não só o Paquistão, mas também o Afeganistão, parte do torrão natal do país é, não só natural, como também historicamente justificável (KAPLAN, 2013, p. 244).

Com o domínio britânico, o mapa indiano pôde ser redesenhado de modo a permitir o atual recorte geográfico na forma de um subcontinente. Isso foi possível graças às necessidades logísticas da economia britânica que integrou o território por ferrovias. Este processo permitiu que as limitações tradicionais fluviais – como principal meio de integração territorial – fossem superadas (KAPLAN, 2013). Todavia, Kaplan expõe o caráter dual da ocupação e seus “benefícios”:

Os britânicos podem ter unificado o subcontinente indiano com sua moderna burocracia e sistema ferroviário no apagar das luzes do século XIX e começo do XX, mas a pressa e o tumulto com que partiram, em 1947, contribuíram para dividi-lo novamente de uma maneira ao mesmo tempo mais profunda e mais formalizada do que qualquer derrocada imperial anterior (KAPLAN, 2013, p. 245).

Os britânicos deram um senso geopolítico ao subcontinente e ajudaram a formar um espírito de defesa ao pensamento estratégico indiano. Haveria, segundo Tanham (1992) muitos escritos desconexos e confusos acerca do tema. O país se tornou independente em 1947, após uma longa negociação e luta com o Reino Unido. Há no recém independente país um sentimento de cerco após a independência. A China acima e a presença estadunidense no espaço marítimo do Índico-Pacífico contribuíram para isso. Para Tanham, a Índia independente buscou reduzir as chances de atuação do Paquistão na região, buscou ter relações mais próximas com a União Soviética para conter a China, procurou construir recursos para enfrentar uma guerra em duas frentes (contra o Paquistão e a China), tentou desenvolver uma marinha de guerra capaz de negar o uso do Índico às nações inimigas e buscou ter um

Aproximar-se do status de potência mundial desenvolvendo capacidades nucleares e de mísseis, uma marinha de água azul e um complexo militar-industrial, todas características óbvias das superpotências; contudo, o reconhecimento como uma grande nação mundial (e não como uma superpotência) foi o objetivo principal (TANHAM, 1992, p. 09, tradução nossa).

Ou seja, a Índia teria desenvolvido uma capacidade estratégica mais defensiva com maiores investimentos no gigantesco exército em solo nacional até o início dos anos 1990 (TANHAM, 1992).

No entanto, é mister reconhecer a existência de algumas históricas importantes contribuições para o pensamento estratégico indiano, tal como a de Kautilya, que escreve o clássico tratado de política “*Arthashastra*” por volta de 320 a.C, cerca de 1.800 anos antes do famoso clássico ocidental “O Príncipe”, de Machiavel. A obra traz uma série de conselhos ao rei, ou governante, acerca do

poder, sua conquista e manutenção. Kautilya foi conselheiro do imperador Chandragupta Maurya, fundador do Império Mauria<sup>4</sup>.

O autor e estadista indiano buscou descrever as relações de poder entre os atores políticos e os cenários possíveis para o melhor exercício do poder nos quinze livros (capítulos) da obra. Para Kautilya a sociedade seria composta pelo governante (*swamin*), o ministro (*amatya*), o povo (*janapada*), a fortaleza, ou forte (*durga*), o tesouro, ou fazenda (*kosa*), o poder executivo (*danda*) e o estado ou governo aliado (*mitra*). Cada qual com a sua respectiva função. Há livros a respeito das leis, dos tratados, das alianças, dos súditos, da disciplina, do papel dos governantes, da origem dos “estados soberanos”, bem como sobre a guerra e os inimigos poderosos. Em um dos livros, o sétimo, ele descreve as seis leis dos componentes da política: a paz, a guerra, a neutralidade, a marcha (preparação para a guerra), as alianças e a política dupla (KAUTILYA, séc. III a.C).

Sidhu (1996) acredita que, em que pese a referência histórica de Kautilya, a temática da estratégia fora discutida anteriormente no clássico e épico *Mahabharata*<sup>5</sup>, escrito há mais de cinco mil anos. O autor afirma que existe um estereótipo acerca da tradição pacifista indiana e coloca a própria imagem de Gandhi em xeque, ao dizer que ele teve diversos momentos classificáveis como realistas. Outro ponto importante da contribuição de Sidhu é o questionamento sobre a contribuição britânica para a organização e modernização indiana, para ele, “a evolução de um Estado-nação e a criação de uma nação foram interrompidos pela colonização britânica” (SIDHU, 2020, p.175).

Em dissonância com Tanham, Kanti Bajpai argumenta que existem ao menos três importantes tradições de pensamento estratégico na Índia, quais sejam o Nehruvianismo, o Neoliberalismo e o Hiperrealismo. Todas elas seriam cultivadas em alguma medida na esfera governamental, nos partidos e nas Forças Armadas, além da academia e mídia. As três abordagens compartilham algumas interpretações sobre o sistema internacional, como a anarquia e a preponderância dos interesses nacionais. Haveria, igualmente, outras três tradições com menos importância – que o autor chama de “escolas menores” – que seriam o Marxismo, o Gandhismo e o movimento nacionalista hindu (*Hindutva*)<sup>6</sup> (BAJPAI, 2014).

A escola Nehruviana (também chamada de pacifista) busca construir uma sociedade internacional mais harmônica e questiona a balança de poder como instrumento eficaz para a estabilidade da ordem global. Para isso, acreditam no Direito Internacional e nas instituições globais como mecanismos fundamentais para prevenir a guerra que não seria algo inevitável (BAJPAI, 2014).

---

<sup>4</sup> Uma curiosidade histórica é que Kautilya foi contemporâneo de Alexandre, o grande e acompanhou as invasões deste ao território noroeste indiano.

<sup>5</sup> O livro *Mahabharata* é composto por mais de 70.000 versos em sânscrito e é considerado um dos textos mais importantes do hinduísmo (The Mahabharata of Krishna-Dwaipayana Vyasa: Adi Parva, 1990).

<sup>6</sup> É importante frisar que o movimento *hindutva* vem se tornando cada vez mais presente no debate político indiano, visto que é um dos pilares do partido do Povo (*Bharatiya Janata*), no governo desde 2014.

Para os neoliberais, a possibilidade de as relações internacionais serem conduzidas com ganhos mútuos, em função de uma cada vez maior interdependência interestatal é seu pressuposto básico. Outro elemento importante seria a ênfase na economia ao invés do poder militar, para eles só se alcança o segundo dispendo de uma capacidade econômica robusta. Desse modo, em um contexto de interdependência complexa, o poder militar seria ineficaz, pois o livre comércio e o mercado seriam os grandes fatores da paz e estabilidade internacional (BAJPAI, 2014).

Na contramão da crença na cooperação e do livre mercado como elementos garantidores da paz, os hiper-realistas apostam na autoajuda, na balança de poder e, como derradeiro recurso, na guerra como alicerces do sistema internacional. A histórica rivalidade interestatal é conflitiva e não pode ser resolvida apenas por meios advogados pelas duas escolas anteriores. Em última instância, o que determina o *status quo* global é o poder militar, que, inclusive, pode ser um estimulador do desenvolvimento econômico (BANJPAI, 2014)<sup>7</sup>.

Por fim, uma das mais fortes referências contemporâneas do pensamento estratégico indiano foi Krishnaswamy Subrahmanyam, falecido em 2011, que foi um dos grandes pensadores da segurança nacional e internacional do país. Subrahmanyam aconselhou uma série de governos, tanto do Partido do Congresso quanto do Partido do Povo (BJP), e foi um grande defensor da *Realpolitik*. Um dos assuntos mais importantes do seu ativismo político foi a questão nuclear. Para ele a Índia deveria buscar construir a capacidade atômica militar possível que garantisse influência no sistema internacional. Por isso, foi um dos maiores incentivadores dos testes nucleares com finalidade militar logo após as explosões atômicas chinesa, em 1964. Escreveu artigos e livros sobre estratégia, defesa e tecnologia militar.

### 3. ENTORNO ESTRATÉGICO: AMEAÇAS, FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS

A Grande Índia, é como um mapa da Europa nos primórdios da era moderna, ainda que agravado pela existência de armas nucleares. (...) Ao contrário da multipolaridade da Europa no começo do período moderno, entretanto, o Sul da Ásia ostenta um embate bipolar entre Índia e Paquistão, tendo o Afeganistão como um campo de batalha e o disputado estado himalaico da Caxemira como outro. (KAPLAN, 2013, pp. 253-254)

A citação de Kaplan nos dá uma ideia clara da instabilidade geopolítica da região. Somado à histórica rivalidade indo-paquistanesa, está a importante rivalidade sino-indiana, que, a despeito de ser relevante “é completamente distinta daquela com o Paquistão: é mais abstrata, menos emocional

---

<sup>7</sup> O autor (Bajpai) externa que há uma inversão de prioridades para neoliberais e hiper-realistas no que diz respeito ao poder militar e econômico. Entendemos que há uma sinergia entre ambos e uma impossibilidade de separá-los, pois para se construir um poder militar adequado é necessário que se tenha instrumentos econômicos igualmente adequados para tal. Da mesma maneira de nada adianta uma economia pujante e desenvolvida sem um significativo poder militar que lhe garanta autonomia. A história nos ensina que o significado de grande potência está umbilicalmente vinculado a esta visão (FIORI, 2015; KENNEDY, 1989).

e (o que é muito mais significativo) menos volátil” (KAPLAN, 2013, p. 254). O espaço geopolítico do Sul da Ásia é um dos mais instáveis e belicosos do mundo. Há uma série de elementos explosivos na região como fronteiras contestadas, terrorismo, domínio de nascentes de rios importantes, dentre outros. Dito isso, quais são as principais ameaças indianas? Como defini-las?

A estrutura geoestratégica do Sul da Ásia contribui significativamente para moldar o pensamento estratégico indiano. A Índia é o único país que compartilha fronteiras ou proximidade terrestre ou marítima com todos os outros Estados e regiões do sul da Ásia. Desde 1971, nenhum país da Ásia meridional supera a força militar indiana, mas Estados menores podem ser ameaçados pelo poder e pelas suas políticas. Portanto, é provável que eles se vinculem diplomática e militarmente a fontes externas de apoio, como Estados Unidos ou China. A Índia pode se sentir ameaçada por esses acordos.

A Índia é muito sensível a qualquer transferência de armas e tecnologia que o Paquistão - há muito percebido como uma grande ameaça à segurança, principalmente por causa da questão da Caxemira - possa receber de governos americanos ou chineses. A China, um poder nuclear extrarregional ameaçou diretamente a segurança indiana no passado, principalmente devido à fronteira sino-indiana disputada ao longo da segunda metade do século XX. Por isso, o país manteve uma política externa independente e autossuficiente em longo prazo e a convicção de que está destinada a ser uma grande potência, dominando o sul da Ásia enquanto representa a região para o resto do mundo (OLDENBURG, 1991).

Analisaremos mais detidamente as principais preocupações geopolíticas indianas. Nosso intuito é o de revelar como estas ameaças forjam a estratégia regional e internacional do país. Desse modo, investigaremos o Oceano Índico, principal vetor de projeção de poder nacional; a China, principal rival econômico e grande ameaça militar; o Paquistão, principal rival histórico e ameaça direta no campo da segurança; as potências ocidentais, principalmente os Estados Unidos.

### 3.1. OCEANO ÍNDICO

O Oceano Índico (OI) é, senão o mais antigo, um dos mais velhos espaços marítimos de comércio. Diversas civilizações singraram suas águas desde a Antiguidade. Grandes impérios, como o Egípcio, Romano, Persa, Árabe<sup>8</sup> ou Chinês, além de povos e impérios indianos, como o Chola, utilizaram suas águas para benefício econômico ou geopolítico. Contudo, sua proeminência passa a ser percebida pelos europeus apenas a partir do século XV, quando Vasco da Gama, navegador português, chega a Calicute, Sul da Índia. É nesse período que as dinastias europeias começarão a expandir seus interesses geopolíticos e econômicos para a Ásia e o Índico é sua porta de entrada.

---

<sup>8</sup> Referimo-nos aqui aos impérios, reinos, califados e unidades políticas árabes que após conversão ao islamismo buscaram se expandir em várias direções, inclusive no sentido da Índia e extremo oriente. Os principais califados (sucessores de Maomé) árabes foram o Omíada (661-750 d.C), o Abássida (750-1517 d.C) e o Fatimida (909-1171 d.C).

Após uma ampla disputa intereuropeia pelos espaços econômicos, a partir do século XVIII, o OI será amplamente controlado pelo Império Britânico que se tornou a superpotência inquestionável até o final do século XIX. A Índia se torna, desse modo, o pivô inglês no Índico cuja coroa inicia sua ocupação estratégica estabelecendo colônias de povoamento na costa Leste africana, Austrália e ilhas, como Maurício e Maldivas (McPHERSON, 1981).

Após a independência indiana, em 1947, o OI passa a ser uma prioridade para o país. Há, todavia, um problema geopolítico: a região marítima é cercada por bases militares ocidentais, como Diego Garcia, Omã, Djibuti e Austrália (Estados Unidos), Ilhas Reunião, Mayotte e Djibuti (França), Diego Garcia (Reino Unido). Além das bases militares e portos de utilização pelas potências ocidentais citadas, há a presença maciça de instalações chinesas na região. Esta presença chinesa é considerada um “cercamento” deliberado conhecido como *String of Pearls* (KHURANA, 2008). Esta realidade geopolítica coloca à Índia um grande desafio, qual seja o desenvolvimento de capacidades militares dissuasórias voltadas à contenção chinesa na região.

O Oceano Índico é geopoliticamente vital para a Índia, não apenas o entorno marítimo da grande península indiana, mas a extensão que vai do golfo iraniano ao estreito de Malaca. 95% do comércio exterior indiano passa pelo Índico. O almirante e geopolítico estadunidense, Alfred T. Mahan, declarou no início do século XX que o Índico era a chave de dominação asiática (MAHAN, 1905). A Índia tem ambições de projetar seu poder em toda esta área, além da costa Leste africana e seu entorno terrestre. Neste sentido, a expansão do poder indiano é notável e conflita com os interesses chineses, uma vez que, além do problema da Caxemira, a Índia realiza desde os anos 1990 constantes exercícios navais com nações ribeirinhas no “Mar da China”, região reivindicada pela própria China.

À medida que a economia indiana se desenvolver e se tornar importante, maior deve ser a capacidade militar do país de agir com protagonismo no Índico. Não obstante, a postura regional e internacional do país deve, igualmente, mudar, pois, associado ao empoderamento econômico e militar vem as responsabilidades de uma grande potência (MOHAN, 2010a).

Ou seja, se o Índico é um natural espaço de expansão do poder marítimo do país, é fato, igualmente, que tal região é ocupada há séculos e coloca-se como uma importante rota comercial para rivais poderosos, como a China.

Pensando em como organizar a evolução do seu poder naval, a Índia desenvolveu dois documentos nesse sentido: o *Indian Maritime Doctrine* (Doutrina Marítima Indiana) de 2004, revisada em 2009 e o *Ensuring Secure Seas: Indian Maritime Security Strategy* (ESS:IMSS) (Garantindo a segurança marítima: estratégia de segurança marítima indiana), de 2015.

O ESS: IMSS divide-se em oito capítulos sendo os quatro iniciais mais importantes, pois descrevem a estratégia naval em termos de projeção de poder e resposta às ameaças marítimas. O primeiro, *Maritime Security Strategy in Perspective*, descreve a importância da estratégia naval historicamente e aponta a importância do Oceano Índico para o desenvolvimento indiano, já os

demais apontam para os imperativos – econômicos e geográficos –; estratégia de dissuasão e a estratégia para o conflito.

Já a Doutrina Marítima Indiana, de 2004, aponta três mudanças estratégicas: 1. Mudança do eixo euro-atlântico para o indo-pacífico; 2. Revisão dos tipos de ameaça, considerando o papel da Marinha indiana no combate ao terrorismo e pirataria; 3. Ampliação da atuação da marinha de guerra no tabuleiro regional geopolítico. Nesta, há um elemento importante que é o reconhecimento do papel da Marinha indiana na garantia dos interesses do país em partes distantes do território.

Um conceito cada vez mais usado na literatura geopolítica naval é o “*blue water navy*”, que significa uma marinha de guerra capaz de operar 320km além de sua costa (NIZAMANI, 2014). Justamente por ocupar um lugar “pivotal” no tabuleiro geopolítico e geoeconômico marítimo, a política externa indiana vê em sua marinha de guerra um instrumento eficaz de garantia dos interesses nacionais em tempos de paz e, se necessário for, em tempos de conflito. Não à toa, o país investe pesado na manutenção do *status* de quarta potência marítima do mundo.

O futuro geopolítico e geoeconômico do Índico passa pelo “triângulo estratégico” formado por Estados Unidos, China e Índia, tendo ainda um papel menos protagônico de potências médias, como Irã e Austrália, e ainda de grandes potências tradicionais, tais como França e Rússia (MOHAN, 2010b).

Há analistas, como Raja Mohan, que defendem que a Índia mude sua percepção de segurança no Índico. Isto é, modifique sua classificação dos países que estariam presentes no oceano, pois isso não condiz com a nova realidade de poder do país. Outros, como Cordesman e Mantoukan (2014), Thakker e Sahgal (2019) e Tarapore (2020), por sua vez, advertem que é necessário fortalecer o controle e a influência no Índico, de modo a constranger a presença de potências extrarregionais.

### 3.2. CHINA

A China é vista com apreensão e desconfiança por muitos países, especialmente pela Índia, que percebe sua expansão de poder como agressiva (RAJAGOPALAN, 2017). Desse modo, as relações sino-indianas se mantêm dentro de uma realidade competitiva e delicada. Mohan estabelece cinco pontos relevantes na ascensão das duas potências em franca ascensão: 1) são economias ligadas à globalização e integração regional, além de serem, hodiernamente, motivadoras da ordem internacional, diferentemente das críticas do passado; 2) devido ao crescimento econômico robusto, ambas devem se tornar polos gravitacionais e alterar a geopolítica da região; 3) Índia e China estão cada vez mais dependentes do comércio marítimo, o que faz que elas invistam pesadamente em infraestrutura e poder naval; 4) construção de marinhas de guerra compatíveis com as ambições e o crescimento, ou seja, desenvolver uma “Marinha de águas azuis” capaz de acompanhar os interesses econômicos no globo; 5) o resgate da tradição naval outrora importante (MOHAN, 2010a).

Estes cinco pontos levantados por Haja Mohan são fundamentais para entendermos em que medida Índia e China disputam espaços de poder – de forma assimétrica, é verdade. Os pontos 3 e 4 são particularmente importantes e tem sido objeto de grande esforço e investimento dos dois países, que possuem cada vez mais poder militar e são consideradas terceira (China) e quarta (Índia) força militar mundiais (GFP, 2022).

Outra sensível questão para a Índia é tentar conter o “bloqueio” geoeconômico chinês do “colar de pérolas” (*string of pearls*) que vem sendo fortalecido com o projeto da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*, BRI) (ASHRAF, 2017). Nesse sentido, a contenção indiana seria o “Grande Jogo” chinês (NALAPAT, 2006). A parceria sino-paquistanesa é também motivo de preocupação indiana, principalmente em função do Corredor Econômico China-Paquistão (*China-Pakistan Economic Corridor*, CPEC), além da cooperação no âmbito militar. Há espaço para ganhos indianos na BRI? Pant e Passi especulam acerca dos possíveis acessos a rotas de comércio abertos pela iniciativa.

É importante salientar que os vizinhos indianos, Nepal, Bangladesh, Sri Lanka e Maldivas, já se associaram à BRI (PANT; PASSI, 2017). Porém, considerando os enormes obstáculos geopolíticos parece que uma possível participação indiana no ambicioso projeto geoeconômico chinês não deve acontecer. Assim sendo, uma das alternativas à BRI é a parceria que vem sendo trabalhada com o Japão para oferecer outra proposta de integração logística e econômica no continente asiático (BORAH, 2019).

As relações sino-indianas foram e ainda são marcadas por tensões, conflitos e disputas. A despeito de haver contínuo esforço político-diplomático de ambas as partes, o nível de instabilidade e incompreensões tem sido a regra. Os problemas de fronteira ilustram bem esta questão e o efeito psicológico impregnado nas sociedades cumpre, igualmente, o papel de manter a percepção do outro como inimigo ou rival. De todo modo, a despeito de iniciativas dos dois governos, as tensões são inevitáveis uma vez que um dos principais espaços geopolíticos de expansão do poder chinês é o oceano Índico – declaradamente o principal espaço estratégico indiano - e a influência sobre países vizinhos da nação hindu. Como bem salienta Scott

Como o Ministro das Relações Exteriores da Índia, Yashwant Sinha, admitiu, China e Índia precisam “tentar assegurar que cada um tenha espaço estratégico suficiente”. Entretanto, seus “espaços estratégicos” estão, de várias maneiras, na mesma arena espacial, isto é, Pacífico asiático, Sul da Ásia, Oceano Índico e Ásia central. Ambos os Estados estão engajados em “controlar os espaços” diretamente e indiretamente e, às vezes, competindo um com o outro (SCOTT, 2008, p. 02, tradução nossa).

É o que o autor chama de “o grande jogo das grandes potências entre Índia e China e a lógica da geografia” (SCOTT, 2008). Por isso, a reação indiana é militarmente contundente: o país vem ampliando seus dispositivos de defesa, sobretudo navais, para tentar instrumentalizar uma política de negação do mar à China. Além de fragatas e contratorpedeiros, o país vem expandindo sua autonomia tecnológica no setor e conseguiu um feito digno de nota: fabricar um navio aeródromo

nacionalmente (além de estar fabricando o segundo). O objetivo precípua do país é ter uma “Marinha de águas azuis”, com duzentos navios de guerra até 2027, capaz de atuar em todos os oceanos (Vice-Almirante Murugesan *apud* The Economic Times). Nesse sentido,

As frases de “Aden a Malaca” ou “de Suez ao Mar do Sul da China” foram reinjetadas no discurso de segurança nacional. Para mostrar como isso não é conversa vazia, uma série de operações da Marinha indiana, que tem mostrado a bandeira tricolor em águas tão longínquas quanto o Atlântico Norte e o Pacífico Sul e do Mediterrâneo ao Mar do Japão. Mais importante ainda em atividades antipirataria no Golfo de Aden (desde 2008) e as operações de socorro no Mediterrâneo (2006) e no Índico (2004-2005) tem demonstrado a capacidade crescente da Marinha indiana e da política de Nova Déli de atuar distante da sua costa (MOHAN, 2010a, online, tradução nossa).

É importante frisar que a Índia vem desenvolvendo, há décadas, um complexo industrial-militar capaz de planejar, desenvolver e fabricar carros de combate (*Arjun*), mísseis de curto, médio e longo alcance (*Prithvi*, *Brahmos* e *Agni*), submarinos nucleares (*Scorpène*, em parceria com a França), aviões de combate leve (*Tejas*), além da reconhecida competência no campo de satélites, especialmente pelo míssil anti-satélite recentemente testado.

Se a China amplia suas bases geoeconômicas na região, via auxílio financeiro e infraestrutura como os portos supracitados, a Índia vem igualmente ampliando sua presença nos países mais próximos. Exemplo disso é a construção do porto de Sittwe, Mianmar, e o complexo portuário em Chabahar, Irã. Além destas instalações, as Forças Armadas/governo indiano têm acesso a três bases estratégicas: Changi (Singapura)<sup>9</sup>, Duqm (Omã)<sup>10</sup> e Sabang (Indonésia)<sup>11</sup>, próximo ao Estreito de Malaca.

Abaixo podemos ver quatro mapas que ilustram bem a disputa geopolítica/geoeconômica. No primeiro mapa (mapa 08) podemos ver as disputas fronteiriças entre Índia, China e Paquistão. A Índia reivindica os territórios de Aksai Chin e o glaciar de Siachen da China e a totalidade da Caxemira junto ao Paquistão (que reivindica igualmente o mesmo território junto à Índia). Já a China reivindica os territórios do Sikkim e Arunachal Pradesh ocupados pela Índia.

No segundo mapa (mapa 09), podemos ver o “colar de pérolas” chinês que cerca o país indiano. No terceiro mapa (mapa 10), vemos um mapa geoeconômico do Índico, com rotas de comércio (petróleo) e acessos portuários de Índia e China. No quarto mapa (mapa 11), encontra-se o chamado “colar de diamantes”, expressão usada para se referir às instalações estratégicas indianas ao redor da China.

Todavia, é importante frisar que as disputas e rivalidades entre Índia e China não têm ligações históricas, além do fato de que economicamente os países desfrutem de um potencial de complementariedade considerável (KAPLAN, 2013). Porém, é igualmente relevante salientar que as

<sup>9</sup> Há um acordo bilateral entre Índia e Singapura para o uso militar indiano da base.

<sup>10</sup> Em Duqm há um estratégico porto com acesso garantido à Índia.

<sup>11</sup> Base militar operada pelas Forças Armadas indianas.

instabilidades geopolíticas entre Índia e China vem ganhando espaço nos últimos anos. Exemplo disso são as escaramuças que ocorreram no vale Galwan (Caxemira), em 2020.

Outra estratégia de reação ao protagonismo chinês na região do Índico-Pacífico foi o desenvolvimento do grupo QUAD (sigla inglesa para Diálogo de Segurança Quadrilateral), grupo formado por Índia, Austrália, Japão e Estados Unidos com o objetivo de impedir o avanço chinês na região. O grupo realiza exercícios militares navais anualmente como demonstração de ocupação geopolítica dos dois oceanos. No último encontro (2020) o então Secretário de Estado estadunidense, Mark Pompeu, sugeriu que fosse institucionalizado um mecanismo de segurança formal do grupo.

Desde a eleição de Narendra Modi (BJP) ao cargo de primeiro ministro em 2014, a região do leste asiático foi considerada um espaço privilegiado na agenda indiana por meio da política do *Act East* – iniciativa lançada durante o 12º encontro do grupo ASEAN (SINGH, 2015). Por outro lado, a política externa indiana passou por um redirecionamento e começou a privilegiar os laços com os EUA, um dos motivos da aproximação é a estratégia de contenção da ascensão chinesa na região. Porém, apesar de Washington ter-se tornado o principal parceiro econômico em 2019, a Índia ainda não é vista como aliado fundamental para Washington, como Japão e Austrália que historicamente fazem parte de alianças estratégicas e compartilham uma visão de mundo liberal (SINGH; RANJAN, 2020).

Por fim, é importante destacar que as relações sino-indianas foram e ainda são marcadas por tensões, conflitos e disputas. Não obstante haver um contínuo esforço político-diplomático de ambas as partes, o nível de instabilidade e incompreensões é corriqueiro. Os problemas de fronteira ilustram bem esta questão e o efeito psicológico impregnado nas sociedades cumpre, igualmente, o papel de manter a percepção do outro como inimigo ou rival. Exemplo disso são os recentes choques militares na fronteira do Himalaia – Vale de Galwan, Caxemira – quase levando-os à guerra. De todo modo, a despeito de iniciativas dos dois governos, as tensões são inevitáveis uma vez que um dos principais espaços geopolíticos de expansão do poder chinês é o oceano Índico – declaradamente o principal espaço estratégico indiano - e a influência sobre países vizinhos da nação hindu.

### 3.3. PAQUISTÃO

O Paquistão, localizado a Noroeste da Índia, onde as montanhas encontram a planície, é a própria encarnação geográfica e nacional de todas as invasões muçulmanas que se abateram sobre a Índia ao longo de sua história. Assoma a Noroeste da Índia do mesmo modo como as grandes forças invasoras islâmicas de outrora (KAPLAN, 2013, p. 245).

A relação entre Índia e Paquistão é historicamente muito mais importante do que com a China, pois envolve a ocupação de territórios outrora ocupados por impérios indianos. Falar em relação bilateral entre os dois principais Estados do Sul da Ásia, Índia e Paquistão, faz sentido apenas

com suas respectivas independências, em 1947. Além do elemento territorial, que será melhor explorado adiante, o aspecto religioso será determinante para compreendermos esta delicada relação (SANDEEP, 2015).

Após saírem da Índia, os britânicos deixaram uma série de conflitos e situações não resolvidas que acabariam por se tornar problemas aos países recém independentes, Índia e Paquistão. Exemplo disso seria a suspeita de que o governo britânico estimulou a divisão religiosa para o campo político de modo a enfraquecer o ascendente movimento nacionalista indiano do início do século XX (SANDEEP, 2015).

O subcontinente indiano é formado majoritariamente por hindus e muçulmanos, sendo que os primeiros são maioria. Antes da independência do Paquistão, foi formada a Liga Muçulmana, em 1906, com receio de que o INC (*Indian National Congress*) sub-representasse a religião maometana em detrimento da hegemonia hindu. Desse modo, com o processo de independência indiano em 1947, teve lugar o mesmo processo no caso paquistanês. Mohammad Ali Jinnah foi o grande líder da fundação do Paquistão, que tinha por missão fundar um lar para os muçulmanos (KAPLAN, 2013).

Uma das principais disputas entre Índia e Paquistão tem origem na divisão do acesso à água. O rio Indo, um dos principais da região e de importância histórica ímpar, e seus principais afluentes (Sutlej, Chenab e Jhelum), foi objeto de disputas ao longo do processo de independência e divisão territorial. Apesar de boa parte do rio estar localizado dentro do território paquistanês, suas nascentes localizam-se na Caxemira, principalmente a parte indiana (KHAN, 1959). Em 1960 foi assinado um tratado (Tratado do Indo) para apaziguar os ânimos em torno da disputa sobre a segurança no abastecimento de águas.

Não obstante o problema do acesso à água, o principal problema da relação bilateral é a questão da Caxemira como um todo que ocupa lugar privilegiado na política externa e de segurança indiana e também paquistanesa. É importante ressaltar, no entanto, que a região em disputa era parte independente no período de divisão bilateral. Por ter uma maioria muçulmana, o Paquistão invadiu a região e deflagrou um conflito que arrastou a Índia. O cessar fogo ocorreu apenas em 1949, porém novos conflitos ocorreram em 1965. Após o fim das hostilidades, foi decidido que a região seria dividida em quatro áreas: Ladakh, Jamu e Vale da Caxemira (Índia), Azad Caxemira (Paquistão), área Norte (Paquistão) e Aksai Chin (China)<sup>12</sup>.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por meio de resoluções em 1948, 1949 e 1957 teria tentado resolver a questão por meio de plebiscito, porém, a Índia jamais aceitou tal iniciativa (SANDEEP, 2015). Apesar da afirmação paquistanesa de que há uma maioria muçulmana na região, o que daria suporte a causa de anexação, Chellaney (2019) argumenta que há questões étnico-culturais anteriores ao elemento religioso, mas mesmo assim, há maiorias religiosas diferentes em cada parte da região: budistas (Ladakh), hindus (Jamu), muçulmanos xiitas (Gilgit-Baltistan) (CHALLANEY, 2019). A questão é mais complexa do que parece e, se não bastassem os

---

<sup>12</sup> Aksai Chin foi um território da Caxemira garantido pela China após a guerra sino-indiana de 1962.

problemas abordados há ainda a acusação por parte da Índia de que o Paquistão estimula a criação de células terroristas na região (tema a ser discutido em sub-tópico posterior).

Índia e Paquistão entraram em conflito em 1947, 1965, 1971 e 1999. Além destes houve uma série de escaramuças na região da Caxemira, sendo que a última ocorreu após os ataques terroristas de Pulwama, em fevereiro de 2019. Nesta ocasião, os países quase deflagraram uma crise militar em função da reação indiana de enviar caças para bombardeios cirúrgicos de regiões com campos de treinamento terrorista e a reação paquistanesa na mesma direção. Os ataques de Pulwama, além de provocarem uma reação militar indiana trouxeram também uma retaliação indiana ao Paquistão pouco comentada: redução do acesso à água dos rios afluentes do Indo. Esta questão reacendeu o problema dos anos iniciais da partilha da Caxemira e o problema dos rios (JOHNSON, 2019).

O Paquistão desenvolve uma política anti-Índia que se baseia no financiamento de grupos terroristas e em uma campanha de ódio em nível global. Além disso, haveria uma constante construção de alianças no entorno indiano com o intuito de enfraquecer e constranger o país. No mesmo diapasão, a China teria, de acordo com o Tenente-General Campose, uma diplomacia ofensiva de cerco à Índia, militar e economicamente (CAMPOSE, 2016). A China é hoje a principal fonte de fornecimento de armamentos ao Paquistão – até então, os Estados Unidos eram os principais fornecedores (JOHNSON, 2014) – o que torna a relação indo-paquistanesa mais complexa e instável.

### 3.4. POTÊNCIAS OCIDENTAIS E ESTADOS UNIDOS

No que diz respeito às ameaças e relações com as potências ocidentais, como exposto no subtópico acerca do Índico, há uma presença histórica dos Estados poderosos europeus e Estados Unidos na região que gera desconfiças e preocupação. Como afirmamos, a presença das potências ocidentais se dá na forma de uso de bases militares e influência cultural. França e Reino Unido foram grande exploradores do Índico e do subcontinente indiano. Ambos, mas principalmente a monarquia britânica, ajudaram a moldar a geografia política asiática e os rumos da economia regional durante séculos. Hodiernamente, com ascensão inicialmente do Japão, da China e Índia, a influência ocidental vem perdendo importância e apenas os Estados Unidos têm proeminência política, econômica e militar de modo a ser um verdadeiro *player* regional.

Analisar as relações entre Índia e Estados Unidos é fundamental para compreendermos a atual estratégia de inserção internacional e geopolítica indiana. Contudo, uma breve digressão histórica se faz necessário para esclarecer posicionamentos delicados durante o passado recente ou mesmo nos dias atuais.

A relação entre Índia e Estados Unidos deve ser analisada sob o prisma do contexto da Guerra Fria (1947-1991), particularmente, pela influência soviética no planejamento econômico indiano e nas críticas estadunidenses à estratégia do não alinhamento. Este que era visto por Washington

como uma concepção obsoleta e neutralista, porém, como a Índia permaneceu na *Commonwealth* britânica e preservou uma série de valores seculares e democráticos em sua constituição, os Estados Unidos mantiveram uma postura menos rígida, o que permitiu que o país fosse o principal doador de recursos ao país asiático nos anos 1950 (PANT; SUPER 2015).

Todavia, a partir do momento em que os Estados Unidos passaram a fornecer ajuda militar ao Paquistão - após este aderir ao *Central Treaty Organization* (CENTO, também conhecido como “Pacto de Bagdá”) em 1955 – as relações com a Índia sofreram sérias consequências. Em 1971 a situação bilateral piora em função da assinatura do Tratado de Cooperação e Amizade indo-soviético. Em 1974 a Índia faz seu primeiro teste nuclear (*POKHRAM I*) e em 1978 os EUA cortaram qualquer tipo de assistência e cooperação na área nuclear com a o país (WEISS, 2007).

Apesar de as relações terem melhorado nos anos 1990, após a realização dos novos testes nucleares, em 1998 (*POKHRAM II*)<sup>13</sup>, os Estados Unidos voltam a criticar o programa nuclear indiano e aplicam sanções econômicas. Estas duram até setembro de 2001, quando o presidente estadunidense George W. Bush retira as sanções (WAGNER, 2001). No ano anterior, em 2000, Condoleezza Rice escreve um artigo para a campanha eleitoral em que afirma que os Estados Unidos deveriam prestar mais atenção no papel da Índia no equilíbrio regional de poder considerando que “(...) a Índia é um elemento do cálculo Chinês e ela deveria ser dos Estados Unidos também. Ela ainda não é uma grande potência, mas tem o potencial de emergir como uma” (RICE, 2000, p. 56, *tradução nossa*). A opinião de Rice sobre o papel indiano na região e a possível parceria com os Estados Unidos para a manutenção do equilíbrio de poder asiático é reforçada oito anos adiante em novo artigo na *Foreign Affairs*, em que a então Secretária de Estado atesta que as relações bilaterais nunca foram tão amplas e boas (RICE, 2008).

Após a suspensão das sanções, em 2005, Índia e EUA iniciaram as tratativas para o Acordo Nuclear que entrará em vigor em outubro de 2008. Desse modo, em 2010 Hilary Clinton declarou que a Índia era um parceiro indispensável e, como consequência, os países organizaram o primeiro Diálogo Estratégico que doravante será reproduzido anualmente. É importante ressaltar que, ainda em 2010, o presidente Barack Obama declarou apoio ao pleito indiano para um assento permanente no CSNU.

A política externa do presidente Obama para a Ásia reafirma o papel fundamental indiano da reconfiguração de poder no continente. Assim, a Índia se torna peça fundamental na contenção da crescente influência chinesa no continente (BURGESS, 2015). Exemplo do êxito da parceria se dá em 2016, ano em que os EUA reconhecem a Índia como *major defence partner* (um parceiro estratégico em defesa) e em 2018, quando Trump e Modi assinaram o *Communications Compatibility and Security Agreement* (COMCASA), acordo na área de defesa que permite a Índia

---

<sup>13</sup> Sobre os testes de 1998 é interessante vermos a justificativa geopolítica dada pelo Primeiro Ministro Vajpayee ao presidente Clinton nos mesmo ano: havia uma necessidade de se realizar os testes devido ao fato da China ser “*an overt nuclear state on our borders, a state that committed armed aggression against India in 1962*”, e “*an atmosphere of distrust persists*”(VAJPAYEE, *apud* SCOTT, 2008).

utilizar equipamentos de comunicação sensíveis dos EUA (PANDA, 2019). Por fim, é possível acompanhar a evolução da aproximação estratégica indo-americana a partir do fortalecimento da parceria de segurança informal do QUAD – que inclui ainda Austrália e Japão -, bem como do diálogo 2+2, encontro de alto nível entre os ministros/secretários de defesa e relações exteriores de Washington e Nova Delhi.

Contudo, apesar dos avanços no campo da defesa e segurança, ao observarmos a relação bilateral indo-estadunidense, hodiernamente, há elementos de atrito relevantes. Nesse sentido, o governo de Donald Trump pressiona a Índia a não fechar a compra do poderoso sistema de defesa russo, S-400 Triunf, além da retirada do país do status de parceiro comercial preferencial no sistema geral de preferências da OMC. Outro ponto que incomodou bastante os indianos foi a aplicação de sanções às nações parceiras comercialmente do Irã. A Índia era um dos maiores importadores de petróleo do país persa. Possíveis sanções devido ao *Countering America's Adversaries Through Sanctions Act* (CAATSA) estão sendo avaliadas em função da aquisição do equipamento de defesa russo citado acima. Resta saber se o governo de Trump vai impor sanções ao parceiro estratégico, haja vista a afirmação do Ministro das Relações Exteriores indiano, Jaishankar, de que o país não abrirá mão da compra junto aos russos (KAURA, 2019).

No que concerne às relações com indo-estadunidenses, os problemas são consideravelmente menores, porém não deixa de apresentarem elementos suficientes de inseguranças. Desse modo, alguns questionamentos parecem-nos relevantes: i) até que ponto os Estados Unidos enxergam a Índia como parceira? Apenas na contenção chinesa? ii) À medida que a Índia se empodera, econômica e militarmente, ela tende a buscar se inserir no Sistema Internacional com mais autonomia e altivez. Em que medida os Estados Unidos estão preparados para conviver com mais uma grande potência? iii) No caso indiano, naturalmente há uma diferença político-institucional para a China, porém, são a democracia e alguns valores seculares elementos suficientes para atestar o status de parceiro estável? Estes questionamentos aparecem como pontos fundamentais para a compreensão do espaço de manobra que a Índia pode ocupar de fato no delicado espaço geopolítico regional e mesmo global.

Mohan chama atenção para algumas questões acerca da ascensão indiana e a maneira como os Estados Unidos tendem a lidar com este fato. Se por um lado a contenção chinesa é importante e a Índia é aliada fundamental - e é também, o “pesadelo chinês” (KNODELL, 2016) -, por outro, há aspectos que dizem respeito à agenda global e sua administração que a Índia deveria se preparar para coadministrar, como espaços marítimos, aéreos e o ciberespaço (MOHAN, 2010b).

Apesar de existirem elementos importantes de cooperação e parceria entre Índia Estados Unidos, como valores democráticos<sup>14</sup> e percepção semelhante sobre a ameaça chinesa, há quem

---

<sup>14</sup> Este ponto é ressaltado por vários analistas, porém, desde a ascensão de Narendra Modi, em 2014, o nacionalismo hindu (movimento *hindutva*) vem crescendo fortemente e ameaçando a ordem constitucional marcada por valores seculares.

entenda que o comportamento estadunidense seja ambivalente. Não há ênfase a respeito do verdadeiro potencial de parceria com Nova Delhi na gestão dos assuntos da agenda global (MOHAN, 2010b).

Outra preocupação indiana é o igualmente dúbio comportamento dos Estados Unidos com relação à China. A citação em seguir ilustra isso:

Os tomadores de decisão indianos se preocupam tanto acerca de um condomínio China-EUA (ou G2) quanto sobre uma crise ou conflito sino-estadunidense. Há preocupação a respeito da confiabilidade dos EUA, no sentido de que os EUA acabarão escolhendo a China em função da maior relação de interdependência econômica sino-estadunidense e/ou deixar a Índia abandonada (MADAN, 2014, online, tradução nossa).

Os Estados Unidos estão, inevitavelmente, presentes no cálculo estratégico e geopolítico indiano e qualquer passo do país sul-asiático, seja na direção da confrontação da China ou mesmo em uma eventual cooperação com esta, os Estados Unidos exercerão um peso significativo. Cabe a Índia decidir se sua relação com a superpotência será de protagonismo ou alinhamento. Como quarta força militar global, segunda maior população e terceira economia mundial (PIB em paridade de poder de compra), o país não pode decidir o seu futuro apenas de acordo com os movimentos das grandes potências que exercem influência determinante na ordem internacional. Por isso, faz-se imperativo o desenvolvimento de uma “Grande Estratégia” capaz de transformar a Índia definitivamente em uma potência mundial.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar neste artigo a influência do entorno geográfico estratégico indiano e a maneira como este moldou o pensamento estratégico indiano. Tendo em vista que a Índia é considerada a quarta força militar mundial, a terceira maior economia do planeta (PIB medido em paridade de poder de compra - PPC), será o país mais populoso em breve e conta com um interessante complexo industrial-militar, as fragilidades de seu entorno geopolítico e geoeconômico podem comprometer os planos de Nova Delhi de tornar-se uma potência mundial e ser a grande senhora do Índico.

Há uma série de obstáculos de ordem política e social para que ocorra uma verdadeira mudança estrutural na nação sul-asiática, como alto percentual de moradores no campo (aproximadamente 70%), forte desigualdade social e considerável dependência de armamentos importados. Como potência emergente, a Índia vem buscando construir capacidades de poder que lhe confirmem status diferenciado na ordem global. Neste sentido, as tensões de seu entorno estratégico

forçam o país a pensar e desenvolver iniciativas de política externa e de segurança para responder aos dilemas de segurança potenciais. Nosso intuito com uma apresentação de ameaças amplas – históricas e contemporâneas – foi o de ressaltar que, a despeito das preocupações mais conhecidas (Paquistão e China), a Índia, como aspirante à condição de grande potência, vê-se potencialmente ameaçada inclusive por aparentes parceiros, como os Estados Unidos e outras potências ocidentais, que podem agir para constranger a expansão do poder indiano nas áreas consideradas geopoliticamente prioritárias, como o Índico.

Desse modo, enquanto o país da Ásia Meridional não conseguir equacionar seus dilemas e superar seus desafios, o projeto de uma Índia poderosa globalmente estará em xeque.

\*Artigo recebido em 23 de janeiro de 2022,  
aprovado em 15 de junho de 2022.

## REFERÊNCIAS

- ASHRAF, Junaid. String of pearls and China's emerging strategic culture. **Strategic Studies**, v. 37, n. 4, p. 166-181, 2017.
- BAJPAI, Kanti. Indian grand strategy: Six schools of thought. In: *India's Grand Strategy*. Routledge India, 2014. p. 127-164.
- BORAH, Rupakjyoti. How India and Japan Zoomed in on Northeast India. *The Diplomat*, 09/12/2019. Disponível em: < <https://thediplomat.com/2019/12/how-india-and-japan-zoomed-in-on-northeast-india/>>. Acesso em: 08/10/2022.
- BURGESS, Stephen. The US Pivot to Asia and Renewal of the US–India Strategic Partnership. *Comparative Strategy*, v. 34, n. 4, p. 367-379, 2015.
- CAMPOSE, Philip. India's National Security Strategy: Imperative of Integrating Defence Policy. *CLAWS Journal*, n. 1, p. 15, 2016.
- CHALLANEY, Brahma. Myths of Kashmir. *Project Syndicate*, 02, Set. 2019. Disponível em: < <https://www.project-syndicate.org/commentary/jammu-kashmir-special-status-india-pakistan-china-terrorism-by-brahma-chellaney-2019-08> > . Acesso em: 08/10/2019.
- CORDESMAN, Anthony H.; TOUKAN, Abdullah. *The Indian Ocean region: A strategic net assessment*. Rowman & Littlefield, 2014.
- FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. Boitempo Editorial, 2015.
- GLOBAL FIRE POWER. 2022 INDIA MILITARY STRENGTH. Online. Disponível em: < [Revista Conjuntura Global](https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=india#:~:text=For%202022%2C%20India%20is%20ranked,o.0000%20is%20considered%20'perfect'>. Acesso em: 08/10/2022.</p></div><div data-bbox=)

HART, Basil Henry Liddell. *Strategy: the indirect approach*. Faber, 1967.

HERZ, John H. Idealist internationalism and the security dilemma. *World politics*, v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950.

JOHNSON, Donald. *India-Pakistan Relations: A 50-Year History*. Asia Society, 2014. Disponível em: < <http://asiasociety.org/asia/india-pakistan-relations-50-year-history>. > Acesso em: 07/10/2019.

JOHNSON, Keith. Are India and Pakistan on the verge of a water war. *Foreign Policy*, 2019. Disponível em: < <https://foreignpolicy.com/2019/02/25/are-india-and-pakistan-on-the-verge-of-a-water-war-pulwama-kasmir-ravi-indus/>>. Acesso em 07/10/2019.

KAPLAN, Robert. *A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Elsevier. 2013.

KAPUR, Devesh; MUKHERJEE, Rohan. Indian security strategy in thought and practice. *India Review*, v. 17, n. 1, p. 1-11, 2018.

KAURA, Vinay. US-India Relations at the Crossroads – Can the growing US-India partnership survive ‘America First’?. *The Diplomat*, 24/06/2019. Disponível em: < <https://thediplomat.com/2019/06/us-india-relations-at-the-crossroads/> >. Acesso em 01/07/2019.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potencias transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KHAN, Hafeez-ur-Rahman. Indo-Pakistan Waters Dispute. **Pakistan Horizon**, v. 12, n. 4, p. 323-336, 1959.

KHURANA, Gurpreet S. China's ‘String of Pearls’ in the Indian Ocean and Its Security Implications. *Strategic Analysis*, v. 32, n. 1, p. 1-39, 2008.

KNODELL, K. China’s worst nightmare: Is a US-India military alliance brewing. *The National Interest*, Maio, 2016. Disponível em: < <https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/chinas-worst-nightmare-us-india-military-alliance-brewing-16301> >. Acesso em: 22/05/2019.

MADAN, T. *India-US Relations in 14 Charts and Graphics*. Retrieved January 26, 2018. 2014.

MAHAN, Alfred Thayer. **The problem of Asia and its effect upon international policies**. Little, Brown, 1905.

MCPHERSON, KENNETH. The History of the Indian Ocean Region: A Conceptual Framework. *The Great Circle*, v. 3, n. 1, p. 10-19, 1981.

MOHAN, C. Raja. India and the changing geopolitics of the Indian Ocean. *Maritime Affairs*, v. 6, n. 2, p. 1-12, 2010a.

\_\_\_\_\_. Rising India: partner in shaping the global commons? *The Washington Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 122-148, 2010b.

NALAPAT, M. China's Great Game. Also M. Malik, ‘China's Strategy of Containing India’, *Power and Interest News Report*, v. 6, 2006.

NIZAMANI, Siraj. India's Emerging Indian Ocean Strategy. IPRI Journal XIV, no. 1 (Winter 2014): 66-80.

OLDENBURG, Philip. Politics: How Threatening a Crisis?. India Briefing, p. 11-44, 1991.

PANDA, Ankit. US-India Ties in Modi's Second Term: Charting a New Course? The Diplomat, 26/06/2019. Disponível em: < <https://thediplomat.com/2019/06/us-india-ties-in-modis-second-term-charting-a-new-course/>>. Acesso em: 26/06/2019.

PANT, Harsh V.; PASSI, Ritika. India's Response to China's Belt and Road Initiative: A Policy in Motion. Asia Policy, v. 24, n. 1, p. 88-95, 2017.

PANT, Harsh V.; SUPER, Julie M. India's 'non-alignment' conundrum: a twentieth-century policy in a changing world. International Affairs, v. 91, n. 4, p. 747-764, 2015.

RAJAGOPALAN, Rajesh. India's Strategic Choices: China and the Balance of Power in Asia. Carnegie Endowment for International Peace, 2017.

RICE, Condoleezza. Promoting the national interest. Foreign Aff., v. 79, p. 45, 2000.

\_\_\_\_\_. Rethinking the national interest: American realism for a new world. Foreign Affairs, p. 2-26, 2008.

SCOTT, David. The great power 'great game' between India and China: 'The logic of geography'. Geopolitics, v. 13, n. 1, p. 1-26, 2008.

SIDHU, Arman. India's Scramble for the African Arms Market. Indian Defence Review, 02, Jan. 2020. Disponível em: < <http://www.indiandefencereview.com/news/indias-scramble-for-the-african-arms-market/>>. Acesso em: 01/02/2020.

SIDHU, Waheguru Pal Singh. Of oral traditions and ethnocentric judgements. Securing India: Strategic thought and practice, p. 174-188, 1996.

SINGH SANDEEP, K. A. Changing Equations of India-Pakistan Relations: Unresolved Kashmir Disputes as a Decider Factor. International Research Journal of Social Sciences, v. 4, n. 3, p. 88-95, 2015.

SINGH, Lakhinder; RANJAN, Rajiv. The Quad: Is it a strategic mirage for India? Asian Times, 13/10/2020. Disponível em: < <https://asiatimes.com/2020/10/the-quad-is-it-a-strategic-mirage-forindia/?fbclid=IwAR1yn7m4BDEf2xvOK7azHUC6Gv5MInI8fTUhvqJaUoHappqxSHDBUzbhi3g>>.

SYRQUIN, Moshe. Kuznets and Pasinetti on the study of structural transformation: Never the Twain shall meet?. Structural Change and Economic Dynamics, v. 21, n. 4, p. 248-257, 2007.

TANHAM, George. Indian strategic culture. Washington Quarterly, v. 15, n. 1, p. 129-142, 1992.

TARAPORE, Arzan. Building Strategic Leverage in the Indian Ocean Region. The Washington Quarterly, v. 43, n. 4, p. 207-237, 2020.

THAKKER, Aman; SAHGAL, Arun. US-India Maritime Security Cooperation. Centre for Strategic and International Studies, 2019.

VON CLAUSEWITZ, Carl. Da guerra. WWF Martins Fontes, 2017.

WAGNER, Alex. Bush waives nuclear-related sanctions on India, Pakistan. *Arms Control Today*, v. 31, n. 8, p. 20, 2001.

WALTZ, Kenneth. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

WEISS, Leonard. US-India nuclear cooperation: Better later than sooner. *Nonproliferation Review*, v. 14, n. 3, p. 429-457, 2007.